

CARREIRA POLÍTICA E PERFIL SOCIAL DOS PREFEITOS DO PT NO RS (1980-2013) BRASIL¹

DANIEL DE SOUZA LEMOS

Universidade Federal de Pelotas/UFPel

E-mail: danielslemos@yahoo.com.br

ÁLVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO

Universidade Federal de Pelotas/UFPel

Resumen

Estudo sobre a carreira política e o perfil social dos prefeitos eleitos pelo PT, no Estado do Rio Grande do Sul desde sua fundação até a última eleição, em 2013. A análise do perfil social e da trajetória política desses prefeitos sinalizará a forma de recrutamento desses atores políticos.

O resultado dessa pesquisa possibilitará evidenciar se há uma trajetória comum entre os prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul. Também será possível verificar, se há um caminho a ser percorrido para que um candidato seja eleito prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, no RS.

Os objetivos da investigação são: Identificar todos os prefeitos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul e o perfil social de cada um deles; Identificar e analisar as diversificações regionais, nas eleições dos prefeitos petistas, bem como se há algum elemento do perfil social e da trajetória percorrida por eles, que repercutiu nos resultados eleitorais.

Palabras clave: Prefeitos, Carreira, Perfil

¹ Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014

INTRODUÇÃO

A partir de meados da década de oitenta, um novo quadro político institucional foi se delimitando no Brasil. Nesse contexto, novos partidos políticos foram criados e a disputa pelo poder ganhou um novo desenho. Dentre os partidos que tiveram um grande crescimento, seja em relação ao número de filiados, seja ao de prefeituras, de governos estaduais e, até mesmo, de mandatos presidenciais, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi um dos que mais se destacou.

Dessa forma o Partido dos Trabalhadores é tema relevante para a historiografia e para a Ciência Política brasileira. Diversos trabalhos acadêmicos pretendem compreender a particularidade do PT, especialmente suas origens e trajetória.

Parte constituinte da transição brasileira para a democracia, o PT foi em sua origem visto como uma anomalia. Uma importante estudiosa da história desse partido, Margaret Keck, fez sua tese de doutoramento – *A lógica da diferença* – quando o PT ainda não dava sinais de conquistar o principal cargo da política institucional do país. Nela, a autora *realiza* uma das primeiras análises sistemáticas sobre a origem do partido.

De acordo com Keck, o PT é visto como um ator, não convidado, em um cenário político composto por "dois Brasis": um, onde as elites são as proprietárias da política; e o outro, onde organizações sociais – sindicais, estudantis, religiosas, comunitárias, etc. – cada vez mais representativas exigem maior espaço no campo político institucional. E, conforme Keck, o PT é o único partido nascido durante a transição que se vincula a estes segmentos mais populares do Brasil.

É neste cenário de mudança que o PT lançou-se à cena, negando a lógica segundo a qual só existiam dois lados na política (governo e oposição; PMDB e PDS). Introduziu, na visão de Keck, a lógica da diferença, na política brasileira e inventou outro ponto-de-vista, de acordo com o qual os trabalhadores devem se fazer representar por eles próprios na política nacional.

Nas palavras da autora: “O PT foi criado porque um conjunto de fatores combinou-se em São Paulo (incluindo-se aí a região do ABC) em um momento histórico preciso, quando as alternativas pareciam abertas e o futuro ainda não determinado” (KECK, 1991, p.109).

Outra importante pesquisadora do Partido dos Trabalhadores é Rachel Meneguello. Com base em estudos da época, ela registrava que a proposta do PT havia atingido segmento sócio-econômico diferenciado, pertencente a estratos menos favorecidos da população. Ela é autora de “PT, a formação de um partido”, que foi publicada em 1989, ou seja, antes de o PT completar dez anos de fundação.

Conforme Antônio Ozaí (1996, p.138) “*em seus primeiros anos, o PT foi encarado por muitos como uma novidade absoluta*”, na medida em que se propunha a ser um novo instrumento, da classe operária brasileira, para a disputa do poder estatal. Este mesmo autor ainda se refere ao PT dessa forma: “*este partido nasceu enquanto crítica contundente à política eleitoreira e manipuladora das massas, própria dos partidos burgueses e populistas*” (Ozaí, 1996, p.141). Ou seja, havia uma ideia segundo a qual, o PT seria um partido “diferente” dos já existentes e, mesmo daqueles que estavam sendo criados na mesma época, mas que representavam os interesses da burguesia brasileira.

O PT surgiu como um partido de massas, formado por trabalhadores e, que aceitava em suas fileiras membros de outras classes sociais, desde que subordinadas à defesa dos interesses dos trabalhadores. Assim constava em seu Manifesto:

o Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a atual ordem econômica, social e política” (Partido dos Trabalhadores, 1998, p.65-66).

No mesmo Manifesto de fundação, o Partido dos Trabalhadores é apresentado como um partido dos trabalhadores e não um “partido para iludir os trabalhadores”. Ozaí registra:

gestado dentro da ordem, o PT manifestou o objetivo de priorizar a organização autônoma dos trabalhadores. A participação no jogo eleitoral e parlamentar pautava-se pela perspectiva da luta e mobilização social. O PT comprometia-se a ser uma ferramenta na luta pela organização e pela elevação da consciência política da classe trabalhadora, contra a ordem social vigente.” (Ozaí, 1996, p. 141)

Nesse sentido um estudo, ainda inédito, a respeito do perfil social e da trajetória política de seus quadros públicos que foram eleitos para cargos executivos (prefeitos), no RS, evidencia-se como um objeto relevante de pesquisa, tanto em termos epistemológicos quanto em termos da importância e da validade da investigação.

Diante dos resultados desse trabalho de pesquisa será possível evidenciar se há um perfil e uma trajetória comuns entre os prefeitos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, desde a sua fundação em 1980 até a última eleição que disputou, a suplementar, de 2013² bem como comparar tais critérios com aqueles apresentados pela classe política como um todo.

Também será possível verificar, com esta pesquisa, se há um caminho a ser percorrido para que um candidato seja eleito prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Sul. Responder a essas duas questões e traçar um roteiro da trajetória percorrida pelo Partido dos Trabalhadores, nas eleições de prefeito, no Rio Grande do Sul, é o que esse estudo se propõe a realizar. Ou seja, estudar qual a trajetória política e o perfil social dos prefeitos eleitos pelo PT, no RS, entre 1980 e 2013.

AS HIPÓTESES

Pela característica histórica e social da formação e constituição do Partido dos Trabalhadores no RS, há uma trajetória comum e um perfil social semelhante entre os candidatos a prefeito, eleitos pelo PT, no estado. São agentes políticos que, originalmente militaram nos movimentos sociais (sindical, estudantil, habitacional, comunidades eclesiais de base, pequenos-agricultores e sem-terra, entre outros) aqueles que obtiveram sucesso nas eleições para prefeito, pelo Partido dos Trabalhadores, no RS.

Além disso, não possuíam experiência partidária prévia, pois, em sua ampla maioria foram fundadores do PT, partido no qual iniciaram e realizaram a totalidade de sua atividade política partidária. Em termos de perfil social, são majoritariamente homens, com escolaridade dividida entre o ensino secundário e o superior, sendo que alguns poucos têm apenas o curso primário.

² A primeira eleição que o PT disputou foi em 1982, mas não elegeu nenhum prefeito, isso aconteceu apenas na eleição de 1988. Na eleição suplementar de 2013 o resultado obtido pelo PT repercute no resultado da pesquisa.

Ainda, não são oriundos de famílias que possuem histórico de participação política e, com experiência anterior em cargos políticos. Ou seja, eles iniciaram a sua trajetória política no PT, posteriormente à atuação nos movimentos sociais.

De fato, é esta militância prévia que vincula tais prefeitos, ao mesmo tempo em que os distingue da trajetória da classe política como um todo, pois o perfil social não produz o mesmo cenário, haja vista não existirem variações significativas entre os prefeitos do PT e o perfil apresentado pelos estudos que descrevem as características sociais dos políticos brasileiros.

ELEMENTOS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

No que se refere à metodologia desenvolvida, inicialmente já foi realizada uma apuração dos prefeitos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Sul, no período delimitado, cuja listagem está em anexo nas sete tabelas no final deste artigo³.

Foram identificados 244 municípios conquistados pelo PT com candidato próprio⁴. No entanto, por conta da possibilidade de reeleição imediata ou mediada, tais cargos foram ocupados por 180 indivíduos⁵.

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa sobre o Perfil Social (escolaridade, idade, sexo e ocupação) dos políticos identificados. Este perfil será constituído por quatro variáveis, aquelas que mais tradicionalmente compõem estudos deste tipo (o que também permitirá mais facilmente a comparação com investigações congêneres), a saber: (a) ocupação; (b) escolaridade; (c) idade; (d) sexo. Tais informações foram

³ Ainda resta produzir o levantamento do resultado da eleição suplementar de 2013, que está sendo providenciado.

⁴ O aproveitamento do partido é crescente: três prefeitos em 1988, sete em 1992, 26 em 1996, 35 em 2000, 39 em 2004, 61 em 2008 e 73 em 2012. Ainda resta produzir o levantamento do resultado da eleição suplementar de 2013, que está sendo providenciado.

⁵ Além dos prefeitos com reeleição sucessiva (permitida a partir de 2000), foi possível identificar o caso de um indivíduo que ocupou três vezes (Nelson Grasselli, de Pontão) e outro quatro vezes (Wilson Antonio Babicz, de Floriano Peixoto) o poder executivo local no período pesquisado.

encontradas nos sites do TRE-RS, do TSE, do PT-RS, do PT nacional, das prefeituras e dos próprios políticos.

Sobre isso cabe destacar que o Partido dos Trabalhadores possui um cadastro bastante completo e, relativamente atualizado, de seus filiados, em cuja ficha pessoal consta os dados necessários para a pesquisa. Ainda, foi realizado contato com o Presidente estadual do PT/RS, Ary Vannazzi (ex-prefeito de São Leopoldo) que autorizou o acesso ao cadastro de filiados do partido para a realização da pesquisa.

Outros documentos partidários também foram utilizados, na medida em que estiveram disponíveis. Por exemplo, teses dos encontros e dos congressos, materiais de campanha (interna e externa ao PT), manifestos das tendências, sites das tendências, Atas das instâncias partidárias, entrevistas concedidas pelos políticos, que serviram para complementar as informações a respeito dos políticos petistas, com vistas a enriquecer o trabalho.

A organização do material foi realizada através da produção de tabelas e de análises estatísticas, onde se procedeu a uma abordagem quantitativa e qualitativa do material encontrado.

Exemplos:

Gênero

Gênero	1988		1992		1996		2000		2004		2008		2012	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	3	100	7	100	24	91,7	24	100	24	100	42	97,7	46	91,3
Feminino	0	0	0	0	2	8,3	0	0	0	0	1	2,3	4	8,7
Total	3	100	7	100	26	100	24	100	24	100	43	100	50	100

Gênero	Geral	
	N	%
Masculino	173	96,1
Feminino	7	3,9
Total	180	100

No total sete mulheres foram eleitas prefeitas, entre 1988-2012, pelo PT no RS: 2 – 1996 ; 1 – 2008 ; 4 – 2012

Escolaridade

Escolaridade	1988		1992		1996		2000		2004		2008		2012	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Fund Incom	1	33,3	-	-	3	11,5	3	12,5	2	8,3	1	2,3	4	8,0
Fundamental	-	-	-	-	2	7,6	1	4,3	1	4,3	3	7,1	5	10,0
Médio Incom	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8,3	-	-	1	2,0
Médio	-	-	1	14,3	3	11,5	10	41,6	6	25	14	32,5	7	14
Sup. Incom	-	-	-	-	1	3,8	2	8,3	2	8,3	4	9,3	3	6,0
Superior	2	66,7	6	85,7	17	65,6	8	33,3	11	45,8	21	48,8	30	60,0
Total	3		7		26		24		24		43		50	

Escolaridade	Geral	
	N	%
Fund Incom	14	7,9
Fundamental	12	6,8
Médio Incom	3	1,6
Médio	41	23,2
Sup. Incom	12	6,8
Superior	95	53,7
Total	177	

Não foi colocado o indicador “Não Alfabetizado”, pois o sistema eleitoral brasileiro não permite que analfabeto dispute cargos eletivos e, no que se refere à pós-graduação, é um dado que não está registrado no perfil divulgado pelo TSE, que é a principal fonte desta pesquisa.

Para o indicador de escolaridade ainda não foram encontradas as informações sobre Abrelino Luiz Matei, Beatriz Cristina Busanello e Luis Carlos Tomazelli

MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

A área de estudos da Ciência Política foi enriquecida conceitualmente com a contribuição do sociólogo francês Pierre Bourdieu no que se refere à sua noção de “Campo”, mais especificamente, ao que se compreende como “Campo Político”. Segundo Bourdieu, o espaço social em que os sujeitos possuem uma posição específica, onde há uma dinâmica conflitual, e eles atuam e acordo com ela, é um “campo”.

Regras e fundamentos específicos delimitam e caracterizam cada espécie de campo, por exemplo: campo universitário, campo jornalístico, campo jurídico, campo religioso, campo político, entre outros. Ainda, no que se refere à ideia de campo, este possui regras de funcionamento, hábitos característicos, linguagem própria, que são a marca daqueles sujeitos que ingressam no campo.

O campo funciona como um pano de fundo, onde a ação e os pontos-de-vista, dos sujeitos pertencentes a ele operam. Nele, há uma lógica, uma hierarquização dos interesses e a discriminação dos objetos e das práticas de seus agentes. Ao campo está vinculado o conceito de “*Doxa*”, que é uma “*opinião*” uma “*fé prática*”, aceita pelos indivíduos que vão atuar dentro do campo.

A diferenciação do mundo social leva ao surgimento do campo autônomo e, o ingresso nele pressupõe a aceitação da “*Doxa*”, ou seja, das regras internas, dos valores, da linguagem, enfim, de tudo aquilo que é próprio do campo.

A discussão sobre o campo político foi iniciada por Bourdieu em 1977. Ele fazia, uma comparação entre os campos artístico e religioso com a política, com o jogo político, com o campo político em última instância. Compartilha da opinião de Raymond Barre, citando-o em sua definição de campo – um microcosmo, pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Onde este possui características, formas, propriedades, relações, ações e processos particulares.

O campo apresenta sua autonomia, configurando o microcosmo no interior do macrocosmo social. Tem seu próprio “*nomos*”, sua lei específica, tem em si mesmo o princípio e a regra de seu funcionamento. Quem entra para o campo político opera uma conversão, uma transformação, ainda que inconsciente cuja sanção em caso de romper com as normas é o fracasso ou a exclusão do campo.

No exemplo do sociólogo francês, quem ingressa na política compromete-se a se eximir de certas condutas incompatíveis com a dignidade aceita ou tolerada pelo campo,

sob pena de responder a um escândalo. Essas regras possuem uma gênese, uma história social, um nascimento, característica de qualquer campo, que possui suas peculiaridades e inovações – por exemplo, o campo político foi responsável por algumas inovações típicas de sua natureza: voto por maioria, cabines de votação, entre outras – e cujas práticas diferenciam os “profissionais” dos “profanos”, do campo.

Bourdieu utiliza os estudos de sociólogos políticos que classifica como neomaquiavelistas, do século XX, que estudaram os partidos socialistas alemães e italianos, para desdobrar seu conceito de campo para a política. Refere-se aos estudos elaborados por Michels, na Alemanha, e Mosca, na Itália.

O campo político é delimitado por um conjunto de regras de exclusão, onde algumas pessoas preenchem as condições ao acesso a ele e outras não, isso determina as condições sociais para o seu funcionamento. As propensões ou aptidões de participação política são desigualmente distribuídas, em função das condições sociais de acesso à política. São exemplos: a divisão do trabalho entre os sexos, classes sociais, a instrução formal (escolaridade), o tempo livre disponível, entre outros elementos que servem de inclusão ou exclusão ao campo.

Nessa direção, quanto mais o campo político se autonomiza e se constitui, mais profissionalizado fica. Em consequência os que pertencem ao campo percebem aqueles que estão fora como “profanos”, produzindo uma espécie de barreira para mantê-los afastados. Nas palavras de Bourdieu essa ideia está apresentada dessa maneira: “Só os políticos têm competência (palavra importante, simultaneamente técnica e jurídica) para falar de política. Eis uma proposição tácita que está inscrita na existência do campo político” (Bourdieu, 2011, p.197).

Esse esforço é denominado por Bourdieu de axiomatização, tornar explícitas as tautologias fundamentais sobre as quais repousa um campo.

Assim o funcionamento do campo produz uma espécie de fechamento e de separação em relação aos ‘profanos’. A escolha de uma ou outra posição, está ligada à ocupação de um espaço que é o próprio campo político. A participação nele pressupõe a constituição de uma competência específica, uma socialização dos jovens políticos. É preciso aprender uma série de conhecimentos típicos e específicos desse universo, por exemplo, como usar de evasivas ou subterfúgios, aprender os artifícios, as correlações

de força, como tratar os adversários e os aliados, enfim, uma série de competências específicas deve ser dominada de forma prática.

O aprendizado de saberes e habilidades permitem a possibilidade de se participar do que o senso comum define como a “política politqueira”. Aqueles permitem ao político negociar compromissos, silenciar sobre certas coisas, se comunicar etc. É o que permite o fechamento do campo político para os especialistas no assunto.

Contudo, o campo político não pode se isolar completamente:

os que estão envolvidos nesse jogo não podem jogar entre si sem fazer referência àqueles em nome de quem se expressam e perante os quais devem prestar contas, mais ou menos ficticiamente, de tempos em tempos. Os jogos internos encontram aí o seu limite. (...) Nesse sentido, o campo religioso se assemelha bastante ao campo político, o qual, apesar de sua tendência ao fechamento, permanece submetido ao veredicto dos leigos. (Bourdieu, 2011, p. 201)

O campo político é um espaço de forças e de lutas para transformar as relações de forças. Onde as condutas dos agentes são determinadas pela posição que ocupam na estrutura da relação de forças. Bourdieu se pergunta quais os limites do campo político? Como é possível transformar a relação de forças? Nesse sentido alguns espectadores do campo político tornaram-se agentes em primeira pessoa, em razão dos efeitos que produzem nele, a saber, os jornalistas e os especialistas em pesquisa de opinião.

Uma maneira de se reconhecer um agente que pertence a um campo político, se dá pelo fato dele transformar o estado do campo, pela sua presença ou ausência nele. Afinal, em todo o campo coloca-se a questão do pertencimento ou afastamento a ele.

O sociólogo francês informa que o campo político possui algumas particularidades, em relação aos outros campos: ele nunca poderá se autonomizar completamente. E, deverá incessantemente, fazer referência a sua clientela (os leigos) que terão a última palavra nas lutas entre os membros do campo político.

Em sua concepção de política, ela é uma luta em prol de ideias, ideias-força, que funcionam como propulsor de mobilização. Ilustra essa noção com a frase que Karl Marx utilizou no Manifesto Comunista de 1848: “*Proletários de todo o mundo, unidos!*”. As lutas políticas são protagonizadas pelos indivíduos que competem pelo

monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, e o objeto em disputa é o poder sobre o Estado.

Há no campo político, lutas simbólicas onde os adversários dispõem de armas desiguais, capitais desiguais, poderes simbólicos desiguais. Assim, o papel do partido político reside na investitura no peso político do agente, no capital político dele. Dessa maneira, ganha importância o controle da Burocracia partidária. Logo, Bourdieu conclui que, a investitura dada pelo partido é muito importante (2011, p.205).

Parte importante das condutas políticas é inspirada por uma preocupação com a reprodução do aparelho que garante a existência política de seus membros, o partido.

É possível se afirmar, que partidos políticos são “coalizões de indivíduos que buscam dirigir o governo”, conforme ensina Marengo (2000, p.28), em uma referência a um trabalho de Anthony Downs sobre democracia (A Teoria Econômica da Democracia). Dessa forma é relevante à pesquisa que busque encontrar elementos que ligue a trajetória política desses indivíduos que atuam em um partido, na busca do poder institucional, ou seja, as instâncias de governo.

Na Ciência Política os estudos que buscam atingir esse objetivo, são aqueles vinculados à análise da carreira e do perfil social dos políticos. Nesse sentido muitos trabalhos realizados nessa área, como por exemplo, feitos por Lipset e Rokkan, identificaram que, uma maior identidade entre eleitores e partidos acontece em “*processos sociais*” com “*contornos temporais e geográficos*” bem definidos e reduzidos (Marengo, 2000).

A busca pelo voto e pela fidelidade do eleitor conduz os partidos a manterem uma estabilidade e um padrão, evitando posições flutuantes que possam afastar o eleitor e, induzir à fidelidade. Pode-se constatar que há uma tentativa de produzir uma identidade facilmente reconhecida, que conquiste o voto e a lealdade eleitor, pois do contrário ocorre uma perda de laços com os grupos sociais que servem de sustentação ao partido.

A análise da trajetória e do perfil dos indivíduos que atuam em um partido ganhou importância principalmente posteriormente aos anos 90, com a desestruturação do Bloco Soviético e a famigerada “Crise das ideologias”. Sobretudo, por ser uma forma mais operacional de se analisar as configurações partidárias. Contudo, estudos dessa natureza já vinham sendo objetos de atenção há mais tempo, Max Weber, por exemplo,

na obra *Economia y Sociedad*, também se preocupou com o perfil social daqueles que se dedicavam à política.

Outro clássico da ciência política que também escreveu sobre trajetória, foi Robert Michels em sua “*Sociologia dos Partidos Políticos*”, publicada no Brasil pela UnB, em 1982. Nessa obra, o autor perpassa inúmeras questões, comuns ao estudo dos partidos políticos: oligarquização do partido, verticalização e hierarquia, estabilidade dos dirigentes, financiamento partidário, para citar alguns exemplos.

A busca de identidade e de coesão partidárias também estão profundamente ligadas à formação do partido. Quando este é constituído a partir de uma base social definida (igreja, bairro, profissão etc.), a chance de identificação prosperar é maior. Isso favorece as organizações partidárias oferecerem sua representação política entre os eleitores, conforme é bem observado por George Tsebelis, em seu trabalho “*Jogos Ocultos: Escolha racional no campo da política comparada*”, publicado no Brasil pela Edusp, em 1998.

Marengo justifica da seguinte forma a utilidade do estudo de carreiras políticas, para melhor compreensão da identidade de uma organização partidária:

“Padrões de carreira oferecem um indicador confiável acerca do controle exercido pela liderança partidária sobre seus seguidores e, por consequência, a medida em que a organização tende a adotar uma identidade comum”(Marengo, 2000, p.38).

Ainda, discutindo carreira, Marengo – ecoando estudos publicados na França⁶ – distingue dois tipos de recrutamento de postulantes a uma vaga parlamentar, a saber: *endógeno* e *lateral*. O primeiro refere-se àquele indivíduo que ingressa inicialmente nas fileiras partidárias e, percorre uma trajetória interna, ocupando espaços da burocracia da organização. Nesse sentido, procura obter reconhecimento e confiança dos líderes e, a partir de então obtém uma oportunidade de concorrer a uma vaga eleitoral, normalmente recorrendo ao financiamento da máquina partidária.

A outra forma de recrutamento, *lateral*, define-se como o ingresso na carreira política a partir da valorização de atributos externos à organização partidária, quais

⁶ OFFERLÉ, Michel. *L Profession Politique. XIXe.-XXe. Siècles*. Paris: Belin, 1999.

sejam, prestígio, posses, e relações constituídas na vida privada do sujeito. Esse recrutamento *lateral*, pode apresentar algumas vantagens que o *endógeno* não oferece, conforme Marengo ensina:

“Detendo recursos próprios, candidatos não dependem do aval da liderança partidária, podendo ignorá-la com menos risco para o ingresso ou continuidade em sua carreira. Inversamente, são os dirigentes partidários que necessitam da notoriedade emprestada por seus nomes à lista de candidatos do partido”(Marengo, 2000, p.39).

Essas duas formas de ingresso na carreira política são utilizadas por indivíduos que possuem uma trajetória de vida e profissional distintas. Em um caso, o aspirante a um mandato eletivo que ao longo de anos construiu uma sólida imagem como bom médico, advogado de renome, ou jornalista conhecido – para citar alguns exemplos – pode ingressar de forma lateral na carreira política.

Por outro lado, um jovem que esteja iniciando sua vida adulta ou, mesmo alguém que não constituiu uma vida laboral que tenha lhe rendido reconhecimento público, acabado necessitando ingressar na carreira política por dentro da organização partidária, de forma *endógena*. Esse capital coletivo torna-se fundamental, e pode estar nos movimentos social, religioso, estudantil, sindical, étnico, de gênero, que se inter-relacionam com o partido ao qual o indivíduo pertence.

Até meados do século XIX, quando predominava o voto censitário e o sufrágio não era universal, a política institucional era exclusividade de pessoas de classes sociais enriquecidas. Estas não necessitavam percorrer uma longa trajetória partidária, para ingressar na carreira política, pois possuíam recursos e notoriedade pessoais para levarem adiante seus projetos eleitorais.

De outra parte, os novos sujeitos, oriundos de classes sociais menos privilegiadas economicamente, dependiam da organização partidária e social (sindicato, associações, igreja etc.) para enfrentar os políticos tradicionais. Nesse sentido foi importante o fortalecimento das ideias como esquerda e direita, progressista e conservador, socialista e liberal, para a consolidação das imagens dos partidos e o diálogo com o eleitor.

A consolidação do sistema partidário originou um novo tipo de elite política, presa à oligarquia partidária, fenômeno que foi estudado por Michels e, conceituado em seus aspectos mais elementares como a “lei de ferro da oligarquia”, na obra já

mencionada Sociologia dos Partidos Políticos (Michels, 1982). Dessa maneira seguiu-se uma maior padronização e seletividade não estudo sobre carreira política.

Como consequência desse fenômeno, surgiu a figura do profissional da política, identificado por Mattei Dogan. Aquele apresenta: “vocação precoce para política”, “longas carreiras”, “recursos financeiros extraídos da atividade política”, ou seja, ingressa definitivamente no campo político (Bourdieu, 1999).

A institucionalização da figura do político profissional ocasionou uma redução no ingresso *lateral* na carreira política. Dessa forma, os partidos têm cada vez mais consolidado o domínio do recrutamento de quadros da política institucional, tornando-a mais engessada e, com trajetórias políticas duradouras. Nesse sentido, nem o fenômeno da corrupção política abalou as estruturas do sistema político ou gerou instabilidade nas carreiras políticas, como tentou indicar equivocadamente Giovanni Sartori em seu trabalho “Engenharia Constitucional”, publicado pela UnB em 1996.

De acordo com o que ensina Marengo, há presença do recrutamento de padrão *endógeno* na carreira parlamentar brasileira. Ao ponto dele afirmar que, “não se fazem mais oligarquias como antigamente”, quando predominava, até 1946, o ingresso lateral no campo político.

O campo de estudos do que se compreende por carreira política, não é homogêneo tanto no que se refere às categorias utilizadas quanto à forma como se dá a abordagem das pesquisas, dos objetos e das metodologias empregadas. Além disso, a ampla variedade de temas contribui para diversificação de conceitos que denominam o campo: “carreira política”, “trajetória política”, “recrutamento de elites políticas”, “recrutamento político”, “seleção de lideranças políticas”, entre outros.

Recrutamento Político refere-se aos procedimentos de formação das elites políticas, abrangendo legados familiares de todos os matizes que apresentam como ponto máximo a conquista de cargos eletivos propriamente ditos, após uma série de disputas que colocaram outros competidores para fora do campo.

Os conceitos de “recrutamento das elites políticas” ou “seleção de lideranças políticas” estão ligados aos estudos de quem ocupa os espaços institucionais de representação política nos sistemas políticos das democracias contemporâneas. Estes

estudos procuram desvelar o como se dá a escolha daqueles que serão os candidatos pelos partidos, bem como quem são estes atores (perfil e história principalmente).

Os críticos desses estudos apontam que eles não dão conta de responder o que acontece com os membros das elites que não alcançam os espaços institucionais, é o caso de Perissinotto e Codato.

O conceito de trajetória política tem sido utilizado na reconstrução da trajetória prévia que as elites políticas percorrem até alcançarem os postos de representação institucional mais diretamente. Como por exemplo, a militância em organizações sociais (sindicatos, Igrejas, entidades artísticas, culturais, filantrópicas, esportivas) e, a atuação em cargos políticos e da burocracia partidária.

No entanto, entre todos os apresentados, o conceito mais empregado é o de carreira política. Este visa abranger todo o histórico do ator político até a conquista de um cargo eletivo até os passos seguintes na busca de outros espaços institucionais mais interessantes e de maior poder e prestígio.

Alguns autores que se destacam nesse campo de várias denominações e significados são: Araújo (2009); Bolognesi (2009); Bourdoukan (2006); Coradini (2012); Costa (2010); Lemos e Ranincheski (2008); Llanos e Sánchez (2008); Marengo (2000); Neiva e Izumi (2012); Oliveira (2009); Pegurier (2009); Perissinotto e Codato (2007); Perissinotto e Miríade (2009); Rodrigues (2002); Santana (2008); Santos (2000); Schlesinger (1966), entre outros.

Com o advento da consolidação das democracias representativas, cresceu o número de indivíduos que se dedicam profissionalmente à carreira política. Esse fenômeno foi analisado por muitos teóricos, inclusive Max Weber, que identificou duas maneiras de se relacionar com o campo político: aqueles que vivem para a política e aqueles que vivem da política (WEBER, 1993).

Os estudiosos do tema indicam que cada vez mais o campo político tem sido ocupado por atores que se dedicam exclusivamente a ele. Ou seja, se profissionalizam cada vez mais, dominando as técnicas de linguagem, retórica, costumes, termos e posturas que o caracterizam, ampliando sua possibilidade de permanência no mesmo.

Isso explica, de certa forma, porque há pouca variação nas elites políticas e também, porque as carreiras longas têm sido caracterizadas por uma presença de poucos atores políticos. Cada vez mais o recrutamento das elites políticas ocorre com pessoas de maior experiência e com maiores recursos políticos. O capital necessário para o sucesso na carreira foi apresentado no início quando se abordou a contribuição de Bourdieu na formulação do conceito de Campo Político.

Os trabalhos sobre o campo da trajetória política demonstram que ela tem início cedo, fora do campo político, em experiências familiares, comunitárias, estudantis, sindicais, partidárias, religiosas, culturais que servem de acúmulo para a carreira política futura. Essa experiência prévia, inclusive serve para diferenciar os atores políticos de matrizes ideológicas divergentes, ou seja, de esquerda e de direita, como apontou Marengo.

Outros autores também abordam esse tema, como por exemplo, Álvares (2008); Bolognesi (2009); Bordignon (2011); Dogan (1999); Freire (2001); Grill (2008); Kuschnir (2000); Miguel (2003); Oliveira (2009); Pegurier (2009) e Seidl (2006).

A questão da carreira política também envolve a ambição do ator, conforme definiu Schlesinger. Segundo o qual existem três níveis de ambição: discreta, estática e progressiva. Onde, na primeira o ator pretende ter um curto período de atuação política, o segundo, quando o ator pretende permanecer por um certo período na mesma função e o terceiro, quando há um interesse em ampliar sua carreira política, buscando conquistar cargos mais elevados na hierarquia política.

Essa mobilidade na carreira é realizada de forma bem calculada, entre os atores com maior longevidade no campo, pois há um temor quanto aos ricos de se perder uma eleição e ter a carreira abreviada. Em resumo, esses são os elementos que influenciam na composição da estrutura de oportunidades que configura as reflexões em torno de como se constrói uma carreira política.

No Brasil é possível elencar uma série de estudos sobre carreira nos diversos níveis políticos. No cargo de deputado federal, destacam-se os seguintes autores: Figueiredo; Limongi (1996); Marengo (2000); Leoni; Pereira; Rennó (2003); Bourdoukan (2006); Santos (2000, 2002, 2010); Samuel (2003); Miguel (2003); Oliveira (2009); Pegurier (2009); Bolognesi; Tribess (2009); Veiga; Perissinotto (2009).

Em estudos comparados de deputados brasileiros com os de outros países da América Latina, destacam-se, Marengo (2003); Marengo; Serna (2007); Santana (2008).

Sobre carreira dos senadores e de deputados estaduais: Llanos; Sánchez (2008); Lemos; Ranincheski (2008); Araújo (2009); Costa (2010); Silva (2010); Arraes Filho (2000); Perissinotto et al. (2007); Lodola (2009); Perissinotto; Costa; Tribess (2009); Resende (2010); Mota (2011); Anastasia; Correa e Nunes (2012).

Por fim, quanto aos estudos sobre vereadores estão: Kerbauy (2005); Maluf (2006); Marques (2007); Noll; Leal (2008); Leal (2010); Altmann (2010).

REFERÊNCIAS

ALVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares.** *Dados*, Rio de Janeiro, v.51, n.4, 2008, p.895-939.

AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. **As transformações na organização interna do partido dos trabalhadores entre 1995 e 2009.** (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política UNICAMP, Campinas, 2010.

ANASTASIA, Fátima; CORREA, Izabela; NUNES, Felipe. **Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas.** In: MENEGHELLO, Rachel (Org.). **O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública.** Brasília: Senado Federal; Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **O Bicameralismo no Brasil: as bases institucionais e políticas do desempenho legislativo do Senado Federal (1989-2004).** 2009. 279f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BARRETO, Alvaro. **Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004)**. *Opinião Pública*, Campinas, v.14, n.1, 2008, p.123-148.

BERBEL, Márcia. **Arqueologia de um decênio**. *Revista Teoria e Debate*, Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, [Edição 17](#) de 31 dezembro 1991. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/estantes/livros/logica-da-diferenca?page=0,0>>

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB. 1986.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOLOGNESI, Bruno. **Candidatos e eleitos: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições de 2006**. 2009. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. **Recursos sociais e modalidades de entrada na política – recrutamento e seleção de elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006**. 2011. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BOURDIEU. Pierre. **O Campo Político**. Brasília: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, Janeiro-Julho de 2011. p.p. 193-216.

BOURDIEU. Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político In: Idem. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDOUKAN, 2006 BOURDOUKAN, Adla Y. **Trajetórias de Carreira e Arenas Políticas. 5º Encontro da ABCP**. Belo Horizonte, 2006.

BRAGA, M. S. S. **Origem e trajetória do PT fluminense (1979-1994)**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____, VEIGA, LUCIANA FERNANDES et alli. **Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à câmara dos deputados nas eleições de 2006**, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 24 nº 70 junho, 2009

CÉSAR, BENEDITO TADEU. **Verso, Reverso e Transverso. O PT e a Democracia no Brasil.** (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política UNICAMP, Campinas, 1995.

CORADINI, Odaci Luiz. Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.20, n.41, 2012, p.109-122

COSTA, Luiz Domingos. **Os Representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos Senadores brasileiros (1987-2007).** 2010. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DOGAN, Mattei. Les Professions propices à la carrière politique. In: OFFERLÉ, Michel (Org.). **La Profession politique, XIX^e-XX^e siècles.** Paris: Belin, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal.** **Cadernos de Pesquisa Cebrap.** São Paulo: Entrelinhas, n.5, out., 1996.

FREIRE, André (Ed.). **Recrutamento Parlamentar - Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura.** Lisboa: Stape, 2001.

GRILL, Igor. **Heranças políticas no Rio Grande do Sul.** São Luis: UFMA, 2008.

KECK, Margaret E. **PT - A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro 2010. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.bvce.org%2FDownloadArquivo.asp%3FArquivo%3DKECK_PT_A_logica_da_diferenca_FINAL.pdf&ei=ZwNhU9WuPMHgsATyvoFA&usq=AFQjCNGj5a0N7kFrmn-0jtTobLqvY_2DYw

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará; NUAP, 2000.

LEMOS, Leany Barreiro; RANINCHESKI, Sonia. **Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do plenário e da Comissão de Justiça e**

Cidadania na década de 1990. In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-Constituinte.** Brasília: Unilegis, 2008.

LEONI; PEREIRA; RENNO, 2003 LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. **Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil.** *Opinião Pública*, Campinas, v.9, n.1, 2003, p.44-67.

LLANOS, Mariana; SÁNCHEZ, Francisco. **Conselho de anciãos? O Senado e seus membros no Conse Sul.** In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-Constituinte.** Brasília: Unilegis, 2008.

LODOLA, Germán. **La Estructura subnacional de las carreras políticas en Argentina y Brasil.** *Desarrollo Económico*, v.49, n.194, jul.-sep. 2009, p.247-286.

MALUF, Rui Tavares. **A Carreira política na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).** 2006. 180f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARENCO, André (2000). **Não se fazem mais oligarquias como antigamente: Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998].** (Tese de Doutorado – UFRGS)

MARENCO, André e SERNA, Miguel (2007). **Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: 22 (64), jul. 2007.

MATOS, Vera Lúcia de Campos. **O Impacto das eleições municipais na representação da Câmara dos Deputados: deputados federais candidatos às eleições municipais para as prefeituras dos municípios.** 2010. 83f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; Centro de Formação, Treinamento e Formação da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido, 1979 - 1982.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MICHELSONS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília: UnB, 1982.

MIGUEL, Luís Felipe. **Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro.** *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n.20, 2003, p.115-134.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Os "Doutores" da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. **Revista Sociologia e Política**, vol.20, n.41, 2012, p.171-192.

OFFERLÉ, Michel. L. **Profession Politique. XIXe.-XXe. Siècles**. Paris: Belin, 1999.

OLIVEIRA, MAYLA DI MARTINO FERREIRA. **A Política como profissão. Uma análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)**. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política USP, São Paulo, 2009.

OZAÍ, Antônio. **Partido Massas e Partido de Quadros: a Social-Democracia e o PT**. São Paulo: CPV, 1996.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos (REC), 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. <http://www.pt.org.br/>

PARTIDO DOS TRABALHADORES - RIO GRANDE DO SUL.
<http://portal.ptrs.org.br/>

PEGURIER, Fabiano José Horcades. **Carreiras políticas e a Câmara de Deputados brasileira**. 2009. 124f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; CODATO, Adriano Nervo. Introdução: o desenho da pesquisa. In: PERISSINOTTO, Renato et al. (Org.). **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, Renato; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **Dados**, Rio de Janeiro, v.52, n.2, 2009, p.301-333.

PINTO, Simone Cuber Araújo. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. **36º Encontro Anual da Anpocs**. São Paulo, 2012. Disponível em:
<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7959&Itemid=76>. Acesso em: 23 abr. 2013.

RIBEIRO, PEDRO FLORIANO. **Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores**. *paper* no Seminário Intermediário da ABCP: A Ciência Política e a Interdisciplinaridade, 2009.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.

SAMUELS, David. **Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v.16, n.2, jul.-dez. 2008, p.130-155.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999 In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Konrad Adenauer, 2000.

SANTOS, Fabiano. Câmara dos Deputados e estrutura de oportunidades políticas no Brasil – alguns apontados sobre a eleição de 2010. **Cadernos Aslegis**, Brasília, n.40, maio-ago. 2010, p.109-126.

SANTOS, Fabiano. Recruitment and retention of legislators in Brazil In: LOEWENBERG, Gerhard; SQUIRE, Peverill; KIEWIET, D. Roderick (Ed.). **Legislatures – comparative perspectives on representative assemblies**. Michigan: University of Michigan, 2002.

SARTORI, Giovanni. **Engenharia constitucional**. Brasília: UnB, 1996.

SCHLESINGER, Joseph A. **Ambition and politics: political careers in the United States**. Chicago: Randy McNally, 1966.

SECCO, Lincoln. **História do PT 1979-2010**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SEIDL, Ernesto. Liderança associativa e lógicas de investimento em carreiras políticas. **33º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2009. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/ErnestoSeidl.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2013.

SERNA, Miguel, DUARTE, Maximiliano e PEREZ, Lucía. Uma elite em transição: as carreiras dos parlamentares uruguaios em perspectiva comparada. **34º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2010. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/MSerna.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2013.

SILVA, Rodrigo Santos da. **Casa de senhores? Os Perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990 e 2006.** 2010. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. <http://www.tre-rs.gov.br/>

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). <http://www.tse.jus.br/>

VEIGA, Luciana Fernandes; PERISSINOTTO, Renato. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise de percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para deputado federal de 2010. **35º Encontro Anual da Anpocs.** Caxambu, 2011. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/veiga_perissinotto.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2013.

VILLA, Marco Antônio. E ANGELO, Vitor Amorim de. **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada.** São Carlos: EdUFSCar, 2009.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações.* São Paulo: Cultrix, 1993.

_____. **Economia y Sociedad.** México: Fondo de Cultura Económica, 1984.